



CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA



13161/10

(OR. en)

PRESSE 229
PR CO 14

COMUNICADO DE IMPRENSA

3030.^a reunião do Conselho

Assuntos Económicos e Financeiros

Bruxelas, 7 de Setembro de 2010

Presidente

Didier REYNERS

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças e das
Reformas Institucionais da Bélgica

I M P R E N S A

Rue de la Loi 175 B – 1048 BRUXELAS Tel.: +32 (0)2 281 6319 / 6319 Fax: +32 (0)2 281 8026
press.office@consilium.europa.eu <http://www.consilium.europa.eu/Newsroom>

13161/10

1
PT

Principais resultados do Conselho

*O Conselho subscreveu um acordo com o Parlamento Europeu sobre uma reforma do quadro de **supervisão financeira** da UE.*

A reforma estabelecerá uma nova base para a supervisão na Europa, eliminando deficiências que ficaram patentes durante a crise financeira. Implica a criação de um Conselho Europeu dos Riscos Sistémicos (CERS) que exercerá a supervisão macroprudencial do sistema financeiro e de três autoridades europeias para a supervisão dos sectores dos bancos, dos seguros e dos valores mobiliários.

O acordo com o Parlamento permitirá que estes organismos estejam operacionais, tal como previsto, a partir de 1 de Janeiro de 2011.

*O Conselho subscreveu também as alterações à forma como é aplicado o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE para permitir a introdução de um "semestre europeu", a partir de 2011, como parte da reforma das disposições da UE sobre a **coordenação das políticas económicas**.*

A aplicação desta iniciativa irá melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros e contribuir para reforçar a disciplina orçamental, a estabilidade macroeconómica e o crescimento, de acordo com a estratégia 2020 da UE para o crescimento e o emprego.

O chamado semestre europeu é uma das primeiras iniciativas provenientes de uma "Grupo de Missão" sobre a governação económica criado a pedido do Conselho Europeu e liderado pelo seu presidente Herman Van Rompuy.

*O Conselho procedeu a uma troca de pontos de vista sobre as opções relativas aos contributos do sector financeiro na sequência da crise financeira. Os debates abrangeram a coordenação das **taxas aplicáveis aos bancos** e outras instituições financeiras e a possível introdução de um imposto sobre **transacções financeiras**.*

ÍNDICE¹

PARTICIPANTES	4
----------------------------	----------

PONTOS DEBATIDOS

COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS – SEMESTRE EUROPEU	6
ESTABILIDADE FINANCEIRA E GESTÃO DE CRISES – TAXAS BANCÁRIAS	7
IMPOSTO SOBRE TRANSACÇÕES FINANCEIRAS	8
REFORMA DA SUPERVISÃO FINANCEIRA	9
REUNIÕES À MARGEM DO CONSELHO	10

OUTROS PONTOS APROVADOS

QUESTÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

– Grécia – Medidas para reduzir o seu défice orçamental	11
– Auditor externo do Banco Central da Eslováquia	11

POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA

– Programa de exercícios de gestão de crises da UE	11
--	----

AGRICULTURA

– Solventes de extracção utilizados na produção de alimentos	12
--	----

¹ Nos casos em que tenham sido formalmente adoptadas pelo Conselho declarações, conclusões ou resoluções, o facto é indicado no título do ponto em questão e o texto está colocado entre aspas. Os documentos cuja referência se menciona no texto estão acessíveis no sítio Internet do Conselho <http://www.consilium.europa.eu>. Os actos adoptados que são objecto de declarações para a acta que podem ser facultadas ao público vão assinalados por um asterisco; estas declarações estão disponíveis no sítio Internet do Conselho acima mencionado ou podem ser obtidas junto do Serviço de Imprensa.

PARTICIPANTES

Bélgica:

Didier REYNDERS
Bernard CLERFAYT

Ministro das Finanças
Secretário de Estado

Bulgária:

Borvana PENCHEVA

Vice-Ministra das Finanças

República Checa:

Miroslaw KALOUSEK
Tomáš ZÍDEK

Ministro das Finanças
Vice-Ministro das Finanças

Dinamarca:

Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN

Representante Permanente

Alemanha:

Wolfgang SCHÄUBLE
Jörg ASMUSSEN

Ministro Federal das Finanças
Secretário de Estado

Estónia:

Jürgen LIGI

Ministro das Finanças

Irlanda:

Brian LENIHAN

Ministro das Finanças

Grécia:

Giorgos PAPACONSTANTINOU

Ministro das Finanças

Espanha:

Elena SALGADO

Vice-Presidente do Governo e Ministra da Economia e das Finanças

França:

Christine LAGARDE

Ministra das Finanças

Itália:

Giulio TREMONTI

Ministro da Economia e das Finanças

Chipre:

Andreas MAVROYIANNIS

Representante Permanente

Letónia:

Mārtinš BIČEVSKIS

Secretário de Estado

Lituânia:

Rytis MARTIKONIS

Representante Permanente

Luxemburgo:

Luc FRIEDEN

Ministro das Finanças

Hungria:

Gyorgy MATOLCSY

Ministro da Economia

Malta:

Tonio FENECH

Ministro das Finanças

Países Baixos:

Jan Kees de JAGER

Ministro das Finanças

Áustria:

Josef PRÖLL

Vice-Chanceler e Ministro Federal das Finanças

Polónia:

Jan VINCENT-ROSTOWSKI

Ministro das Finanças

Portugal:

Manuel LOBO ANTUNES

Representante Permanente

Roménia:

Mihnea Motoc

Representante Permanente

Eslovénia:

Franc KRIŽANIČ

Ministro das Finanças

Eslováquia:

Ivan MIKLOŠ

Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Finlândia:

Jyrki KATAINEN

Ministro das Finanças

Suécia:

Anders BORG

Ministro das Finanças

Reino Unido:

George OSBORNE

Chanceler do Tesouro

Comissão:

Olli REHN

Membro

Michel BARNIER

Membro

Algirdas ŠEMETA

Membro

Outros participantes

Jean-Claude JUNCKER

Presidente do Eurogrupo

Jean-Claude TRICHET

Presidente do Banco Central Europeu

Philippe MAYSTADT

Presidente do Banco Europeu de Investimento

Thomas WIESER

Presidente do Comité Económico e Financeiro

Lorenzo CODOGNO

Presidente do Comité de Política Económica

PONTOS DEBATIDOS**COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS – SEMESTRE EUROPEU**

O Conselho tomou nota de um código de conduta modificado sobre a aplicação do pacto de estabilidade e crescimento da UE, que permite a introdução de um "semestre europeu" a partir do próximo ano como parte da reforma das disposições da UE sobre a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros.

A aplicação desta iniciativa irá melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros e contribuir para reforçar a disciplina orçamental, a estabilidade macroeconómica e o crescimento, de acordo com a estratégia 2020 da UE para o crescimento e o emprego. As alterações ao código de conduta foram preparadas pelo Comité Económico e Financeiro, a pedido do Conselho de 13 de Julho.

O chamado semestre europeu é uma das primeiras iniciativas provenientes de um "Grupo de Missão" sobre a governação económica criado a pedido do Conselho Europeu em Março e liderado pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy. O objectivo é dinamizar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros com base em resultados previstos.

O novo ciclo de seis meses começa anualmente em Março quando, com base num relatório da Comissão, o Conselho Europeu identificar os principais desafios e der parecer estratégico sobre as políticas. Tendo em conta este parecer, os Estados-Membros revêem em Abril as respectivas estratégias de médio prazo e elaboram simultaneamente programas de reforma nacionais indicando as medidas a tomar em domínios como o emprego e a inclusão social. Em Junho e Julho, o Conselho Europeu e o Conselho emitem pareceres políticos antes de os Estados-Membros ultimarem os respectivos orçamentos para o ano seguinte.

Nos termos do código de conduta revisto, os Estados-Membros devem assegurar-se de que dispõem dos procedimentos nacionais necessários à aplicação destas disposições a partir de 2011. Além disso, a fim de tornar juridicamente vinculativos os requisitos, a Comissão anunciou que tenciona apresentar uma proposta de alteração do Regulamento 1466/97¹.

¹ Regulamento 1466/97 relativo à supervisão das situações orçamentais e à supervisão e coordenação das políticas económicas

ESTABILIDADE FINANCEIRA E GESTÃO DE CRISES – TAXAS BANCÁRIAS

O Conselho procedeu a uma troca de pontos de vista sobre a coordenação das taxas aplicáveis aos bancos e a outras instituições financeiras como parte de um novo quadro de gestão de crises para o sector financeiro a nível da UE.

Os ministros discutem de novo a questão numa reunião informal em Bruxelas, em 30 de Setembro e 1 de Outubro, e a Comissão deve apresentar uma comunicação.

Na sequência da crise financeira, vários países instituíram ou vão instituir taxas bancárias, embora a natureza dessas taxas seja divergente de um país para outro. A Comissão recomenda que a UE adopte uma abordagem coordenada por forma a evitar distorções de concorrência entre mercados nacionais, sobreposições e múltipla imposição de taxas aos bancos que têm actividades transfronteiras.

Na reunião de 17 de Junho, o Conselho Europeu concordou que os Estados-Membros deviam instituir sistemas de taxas e impostos a aplicar às instituições financeiras; solicitou ao Conselho e à Comissão que prosseguissem os trabalhos e lhe apresentassem relatório em Outubro.

IMPOSTO SOBRE TRANSACÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho procedeu a uma troca de pontos de vista sobre a possível introdução na UE de um imposto sobre transacções financeiras.

Os ministros discutem de novo a questão numa reunião informal em Bruxelas, em 30 de Setembro e 1 de Outubro.

A ideia de um imposto sobre transacções financeiras, avançada nos anos 70 pelo economista James Tobin, reapareceu no debate político na sequência da crise financeira. Juntamente com as taxas bancárias (ver página 7), é uma de várias ideias em discussão como possível componente de um novo quadro de gestão de crises a nível da UE.

Na reunião de 17 de Junho, o Conselho Europeu concordou que os Estados-Membros deviam instituir sistemas de taxas e impostos a aplicar às instituições financeiras; solicitou ao Conselho e à Comissão que prosseguissem os trabalhos e lhe apresentassem relatório em Outubro.

REFORMA DA SUPERVISÃO FINANCEIRA

O Conselho subscreveu um acordo a que chegou com o Parlamento Europeu em 2 de Setembro sobre os elementos fundamentais de uma reforma do quadro de supervisão do sistema financeiro da UE.

A reforma pretende estabelecer uma nova base para a supervisão na Europa, eliminando deficiências que ficaram patentes durante a crise financeira. Implica a criação de um Conselho Europeu dos Riscos Sistémicos (CERS) que exercerá a supervisão macroprudencial do sistema financeiro e de três autoridades europeias de supervisão: uma Autoridade Bancária Europeia (ABE); uma Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões de Reforma e uma Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

O acordo com o Parlamento, centrado nos projectos de regulamentos que estabelecem o CERS e a ABE, permitirá que todos estes organismos estejam operacionais, tal como previsto, a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Prevê-se que o Parlamento adopte os textos em primeira leitura durante a sessão plenária com início em 20 de Setembro. O Conselho adopta-os formalmente e sem discussão numa reunião ulterior.

REUNIÕES À MARGEM DO CONSELHO

Realizaram-se as seguintes reuniões à margem do Conselho:

– ***"Grupo de Missão" sobre a governação económica***

Os ministros participaram em 6 de Setembro num "Grupo de Missão" sobre a governação económica liderado pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

– ***Eurogrupo***

Os Ministros dos Estados-Membros da área do euro participaram numa reunião do Eurogrupo.

*

* *

Durante o almoço, os ministros discutiram a reforma do Fundo Monetário Internacional e questões relacionadas com o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade.

OUTROS PONTOS APROVADOS**QUESTÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS****Grécia – Medidas para reduzir o seu défice orçamental**

O Conselho adoptou uma decisão que altera a Decisão 2010/320/UE relativa ao reforço da supervisão orçamental e à redução do défice orçamental na Grécia (*doc. 12938/10*).

À luz do relatório apresentado pelo Governo Grego em 6 de Agosto, a decisão altera a Decisão 2010/320/UE sob vários aspectos, mantendo embora o prazo de 2014 para a redução do défice da Grécia abaixo do valor de referência fixado no Tratado da UE (3% do produto interno bruto).

A Decisão 2010/320/UE, adoptada pelo Conselho em 10 de Maio, fixa as condições para a concessão de apoio à estabilidade na Grécia através de empréstimos bilaterais de outros Estados-Membros da área do euro. Em 2 de Maio, o Eurogrupo concluiu que o acesso ao mercado era insuficiente para financiar as dívidas da Grécia e acordou em activar o apoio à estabilidade.

Auditor externo do Banco Central da Eslováquia

O Conselho adoptou uma decisão que aprova a designação de Ernst & Young como auditor externo do Banco Central da Eslováquia para os exercícios de 2010 a 2014 (*doc. [12157/10](#)*).

POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA**Programa de exercícios de gestão de crises da UE**

O Conselho adoptou o programa de exercícios da UE para 2011-2015. O programa determina o tipo e frequência dos exercícios de gestão de crises a executar.

AGRICULTURA**Solventes de extracção utilizados na produção de alimentos**

O Conselho decidiu não se opor à adopção pela Comissão de uma directiva relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre os solventes de extracção utilizados no fabrico de géneros alimentícios e dos respectivos ingredientes (*doc.* [11146/10](#)).

No âmbito do procedimento de regulamentação com controlo, o Conselho pode pronunciar-se contra um acto que exceda as competências de execução atribuídas à Comissão, não seja compatível com a finalidade ou o conteúdo do acto de base ou não observe os princípios da subsidiariedade ou da proporcionalidade.
